



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600349-51.2024.6.02.0000

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600349-51.2024.6.02.0000 - Batalha - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador RODRIGO MALTA PRATA LIMA

LITISCONSORTE ATIVO: LUCIANO PEREIRA DE MELO

Advogado do(a) LITISCONSORTE ATIVO: DANIEL CORDEIRO DE FRANCA CASADO - AL14641

EMENTA

Ementa: DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. NOTÍCIA DE INELEGIBILIDADE. INTEMPESTIVIDADE E ILEGITIMIDADE DO ELEITOR. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso Eleitoral interposto por eleitor contra sentença que extinguiu, sem resolução de mérito, notícia de inelegibilidade ajuizada com o intuito de impugnar o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e o registro de candidatura da coligação "Para Batalha Seguir Avançando", com fundamento na alegada nulidade da convenção partidária do MDB, presidida por pessoa supostamente incompetente segundo o estatuto da agremiação.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. Há duas questões em discussão: (i) definir se o eleitor possui legitimidade para recorrer da decisão que defere o DRAP e o registro de candidatura; e (ii) determinar se o recurso foi tempestivo, à luz dos prazos previstos na legislação eleitoral.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. O eleitor não possui legitimidade para interpor recurso contra decisão que defere o registro de candidatura, sendo-lhe facultado apenas apresentar notícia de inelegibilidade, conforme jurisprudência reiterada do TSE e os limites do art. 3º da LC nº 64/90.

4. O recurso foi interposto fora do prazo legal de cinco dias contados da publicação da sentença, configurando evidente intempestividade nos termos do art. 16 da LC nº 64/90.

5. A notícia de inelegibilidade não pode ser manejada como substitutiva da ação de impugnação ao registro de candidatura ou ao DRAP, nem instaurar nova relação processual autônoma, conforme jurisprudência pacificada e doutrina especializada.

6. A sentença de deferimento do DRAP já havia transitado em julgado, afastando qualquer possibilidade de rediscussão da matéria por meio de notícia de inelegibilidade autônoma.

IV. DISPOSITIVO E TESE

7. Recurso não conhecido.

8. *Tese de julgamento*: "1. O eleitor não possui legitimidade para recorrer da decisão que defere o registro de candidatura, podendo apenas apresentar notícia de inelegibilidade no processo originário. 2. A notícia de inelegibilidade apresentada fora do prazo legal não pode ser conhecida pela Justiça Eleitoral. 3. A utilização indevida da notícia de inelegibilidade como meio de impugnação autônoma, após o trânsito em julgado do registro de candidatura, é juridicamente incabível."

Dispositivos relevantes citados: LC nº 64/1990, art. 16.

Jurisprudência relevante citada: TSE, AgR-REspe nº 289-54, Rel. Min. Luciana Lóssio, j. 06.12.2016; TSE, REspEl nº 0600255-65.2020.6.13.0347, Rel. Min. Sérgio Silveira Banhos, j. 27.11.2020.

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em NÃO CONHECER do recurso, em virtude da flagrante intempestividade e ilegitimidade ativa, nos termos do voto do Relator.

Maceió, 02/07/2025

Desembargador Eleitoral RODRIGO MALTA PRATA LIMA

RELATÓRIO

1. Trata-se de recurso eleitoral (id. 10292291) interposto por LUCIANO PEREIRA DE MELO em face da sentença (id. 10292288) proferida pelo Juízo da 029ª Zona Eleitoral, que julgou extinta, sem resolução de mérito, a Notícia de Inelegibilidade oposta contra a coligação "Para Batalha Seguir Avançando".
2. Consta da sentença combatida que *"o requerente, a pretexto de noticiar inelegibilidade, busca na verdade impugnar o Registro de Candidatura e o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP), o que deveria ter sido feito por meio de ação própria, observando-se o rito específico previsto na legislação eleitoral e dentro do prazo legal"*.
3. Em suas Razões, o Recorrente não combate os elementos da sentença, mas reitera a argumentação constante da Petição Inicial (id. 10179995), pretendendo demonstrar que a coligação *"deve ter o seu DRAP indeferido, pois a convenção municipal de um dos partidos integrantes da coligação (MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB) foi inválida, na medida que, quem presidiu a convenção não era filiado em Batalha e sequer poderia ocupar cargo de direção"*.
4. Assim, arremata que *"o MDB, por meio de sua comissão provisória municipal, realizou, no dia 21/07/2024, às 20:00 horas, convenção municipal para deliberar sobre a formação de coligações e escolha de candidatos no prélio de 2024"*, no entanto, *"nesta convenção, sua presidência foi exercida pelo Sr. Paulo Suruagy do Amaral Dantas, governador do Estado de Alagoas, em flagrante usurpação de competência e contrariedade ao Estatuto do MDB, especificamente em seu art. 19, o qual veda expressamente a participação em convenções/comissões de Governadores de Estado"*.
5. Requer, nestes termos, que *"seja declarada a nulidade da convenção partidária presidida por pessoa que não tinha competência pelo estatuto do partido para tanto, determinando-se a exclusão do MDB da coligação das PARA BATALHA SEGUIR AVANÇANDO, na qual coube ao MDB a indicação do candidato à prefeitura"* e *"o indeferimento do Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP) em epígrafe, ante a apresentação de chapa majoritária incompleta, com o consequente indeferimento do pedido de registro do candidato a prefeito, valendo ressaltar que, a essa altura (após o dia 05 de agosto), não se tem mais como corrigir tal insanável vício"*.
6. Foram apresentadas Contrarrazões em id. 10292296.
7. Intimada, a Procuradoria Regional Eleitoral (id. 10318605) manifestou-se pelo não conhecimento do recurso.
8. É o sucinto relato. Fundamento e decido.

VOTO

9. Inicialmente, embora a parte tenha nítido interesse na reforma do julgado, assim como foi devidamente assistida em juízo por seu advogado, o recurso em tela encontra-se maculado pelos

vícios de ilegitimidade e intempestividade.

10. Vejamos a seguir como o juízo sentenciante fundamentou, de maneira clara e concisa, sua decisão (grifei):

(i)

No caso em tela, verifica-se que o edital contendo os pedidos de registro de candidatura foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas em 08 de agosto de 2024, conforme documento de id. 122689191.

A partir desta data, iniciou-se a contagem do prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de eventual notícia de inelegibilidade. Contudo, a presente ação somente foi protocolada em 16 de setembro de 2024, ou seja, mais de um mês após o término do prazo legal.

A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral se encontra cristalizada pela impossibilidade de conhecimento de notícia de inelegibilidade apresentada fora do prazo legal. Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes, *in verbis*:

(i)

O transcurso do prazo para impugnação ou apresentação de notícia de inelegibilidade foi devidamente certificado nos autos do processo de Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) da coligação ré (autos nº 0600090-66.2024.6.02.0029), tendo sido proferida sentença de deferimento do DRAP, que transitou em julgado em 25/08/2024, conforme documentação juntada aos autos.

É importante esclarecer que, embora não seja uma impugnação revestida de formalidades, a notícia de inelegibilidade deve ser apresentada pelo cidadão diretamente nos autos do processo de registro de candidatura, pois ela passa a integrar o conjunto de documentos e informações que serão analisados pela Justiça Eleitoral para decidir sobre o deferimento ou indeferimento do registro, não se confundindo com ações de impugnação autônomas, que instauram nova relação jurídico-processual.

Nesse trilhar, trago à baila o escólio de José Jairo Gomes, *in verbis*: "*Saliente-se que esse procedimento desenvolve-se no bojo dos autos do processo de registro, no qual é dado ao juiz indeferir de ofício o pedido de registro. A decisão deve ser exarada no mesmo ato que aprecia o pedido de registro*" (GOMES, José Jairo. Direito eleitoral. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2020).

No caso dos autos, porém, os registros de candidatura e o demonstrativo de atos partidários já foram analisados e deferidos nos autos dos processos judiciais nº 0600090-66.2024.6.02.0029, nº 0600092-36.2024.6.02.0029 e nº 0600091-51.2024.6.02.0029, tendo as respectivas decisões transitado em julgado.

Da detida análise dos autos, visualizo que o requerente, a pretexto de noticiar inelegibilidade, busca na

verdade impugnar o Registro de Candidatura e o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP), o que deveria ter sido feito por meio de ação própria, observando-se o rito específico previsto na legislação eleitoral e dentro do prazo legal.

Assim, inaplicável ao caso concreto a orientação jurisprudencial cristalizada na Súmula n.º 45 do TSE e inviável a apreciação do tema suscitado na presente notícia de inelegibilidade, seja pela intempestividade, seja pela inadequação da via eleita, seja em razão da coisa julgada. [ç]

11. Com relação, partindo desta premissa, a Corte Superior possui precedente no sentido de *"o eleitor não possui legitimidade para recorrer de decisão que defere o registro de candidatura, podendo, apenas, apresentar notícia de inelegibilidade ao juiz competente. Os legitimados a apresentar impugnação são aqueles constantes do rol do art. 3º da Lei Complementar 64/90, aos quais caberá, ainda, a interposição de recurso, nos limites do enunciado Sumular 11/TSE, o qual só não se aplica ao MPE"* (AgR-REspe 289-54, rel. Min. Luciana Lóssio, PSESS em 6.12.2016), também conforme jurisprudência mais recente (destaquei):

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. NOTÍCIA DE INELEGIBILIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. DEFERIMENTO. REGISTRO. CANDIDATO A VEREADOR. RECURSO. ELEITOR. ILEGITIMIDADE. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. DESPROVIMENTO.

SÍNTESE DO CASO

1. O Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade, negou provimento a recurso eleitoral e manteve a sentença que não acolheu notícia de inelegibilidade apresentada e deferiu o requerimento de registro de candidatura ao cargo de vereador.

2. O noticiante interpôs recurso especial, ao qual foi negado seguimento, sucedendo a interposição de agravo regimental.

ANÁLISE DO AGRAVO REGIMENTAL

3. Conforme firme jurisprudência desta Corte Superior, o eleitor não possui legitimidade para recorrer de decisão que defere pedido de registro de candidatura, podendo, apenas, apresentar notícia de inelegibilidade ao juiz competente, razão pela qual se infere sua ilegitimidade para interposição de recurso especial.

4. Ainda que fosse possível superar tal óbice, o recorrente não cumpriu os requisitos específicos de admissibilidade do recurso especial, do art. 276, I, a, do Código Eleitoral, pois, embora tenha indicado violação ao disposto nos arts. 5º, XXXIV, XXXV e LIV, 14, § 9º e 37 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei 8.906/94, não explicita, de forma fundamentada, como tais dispositivos constitucionais e infraconstitucionais foram malferidos, evidenciando, assim, a deficiência de fundamentação que

impossibilita a devida compreensão da controvérsia.

5. A ausência de indicação precisa das eventuais violações a lei ou à Constituição Federal, aliada à repetição integral dos argumentos expendidos no recurso eleitoral analisado pelo Tribunal a quo, representa deficiência de fundamentação que impossibilita a compreensão da controvérsia e, por conseguinte, obsta a pretensão recursal, nos termos do previsto no verbete sumular 27 do TSE. Precedente.

6. A Corte Regional Eleitoral, soberana na análise de fatos e provas, assentou expressamente que o candidato, em relação ao qual foi apresentada a notícia, apresentou a documentação exigida e não houve impugnação ao seu pedido de registro, não tendo a petição do noticiante, ora recorrente, colacionado prova de que o candidato não preenchia as condições de elegibilidade ou que se enquadrasse em causas de inelegibilidade. Incidência do verbete sumular 24 do TSE.

CONCLUSÃO

Agravo regimental a que se nega provimento.

(TSE - REspEl: 06002556520206130347 UBERABA - MG 060025565, Relator.: Min. Sergio Silveira Banhos, Data de Julgamento: 27/11/2020, Data de Publicação: PSESS - Publicado em Sessão)

12. Não obstante, *in casu*, foram publicadas a sentença e a intimação do Recorrente no dia 03.09.2024. Em id. 10292291, é possível observar que o recurso somente fora interposto em 09.11.2024, seis dias após a publicação.

13. Assim dispõe a art. 16 da LC 64/90 sobre os prazos:

Art. 16. Os prazos a que se referem o art. 3º e seguintes desta lei complementar são peremptórios e contínuos e correm em secretaria ou Cartório e, a partir da data do encerramento do prazo para registro de candidatos, não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.

14. Ante ao exposto, não conheço do recurso, em virtude da flagrante intempestividade e ilegitimidade ativa.

Des. Eleitoral RODRIGO MALTA PRATA LIMA

Relator